



**Ministério das Finanças
e do Fomento Empresarial**

Direção Nacional do Orçamento
e da Contabilidade Pública

OE 2022

SINTESE INFORMATIVA DA EXECUÇÃO

ATÉ FEVEREIRO

MARÇO 2022

ÍNDICE

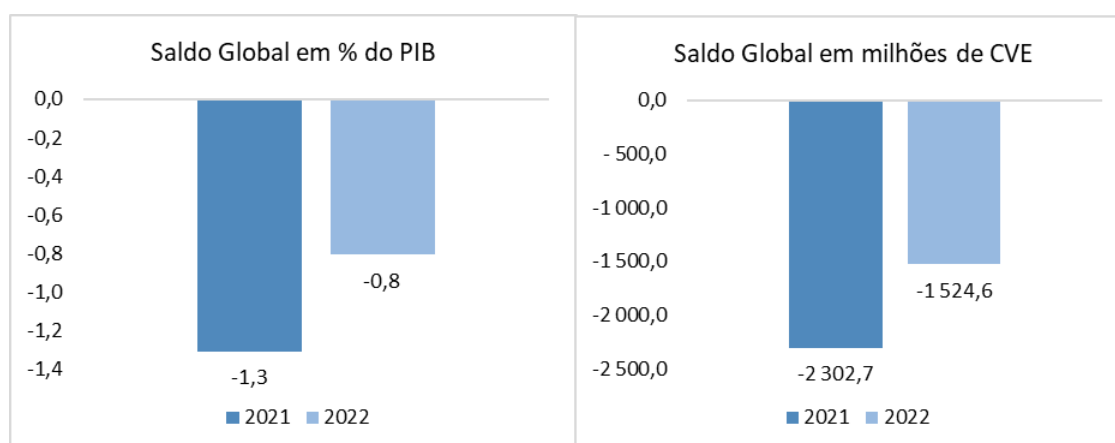
1. Síntese Geral de Execução Orçamental	2
2. Análise das Receitas Totais.....	4
2.1. Receitas (não inclui venda de ativos).....	5
2.2. Venda de Ativos Não Financeiros.....	7
3. Análise das Despesas e Ativos Não Financeiros	8
3.1. Por Classificação Económica.....	8
3.1.1. Despesas.....	9
3.1.2. Ativos Não Financeiros.....	11
3.2. Por Tipo de Financiamento.....	11
4. Projetos em Resposta à Covid-19	12
5. Dívida Pública.....	14

1. Síntese Geral de Execução Orçamental

O Saldo Global apurado para o mês fevereiro de 2022 foi de 1.524,6 milhões de CVE negativos, ou seja, um défice de 0,8% do PIB previsto no OE. Esse resultado se traduziu numa diminuição de 0,5 p.p. face ao mesmo período de 2021.

Relativamente ao saldo corrente primário em percentagem do PIB, regista-se uma melhoria de 0,6 p.p., comparativamente ao período homólogo, fixando-se em -0,4%, decorrente da melhoria da performance das receitas arrecadadas, para além da ligeira contribuição ao nível do PIB.

Gráfico 1 - Evolução do Saldo Global



Fonte: MFFE

Os resultados provisórios da execução orçamental em fevereiro de 2022, comparativamente ao mesmo período de 2021, decorrem:

- do acréscimo das receitas totais em 30,0% (+1.511,9 milhões de CVE), registando uma evolução positiva em diferentes agregados, com exceção das transferências (donativos);
- do acréscimo das despesas totais em 8,4% (+612,1 milhões de CVE), registando um agravamento em quase todas as componentes das despesas, com destaque as despesas com o pessoal, aquisições de bens e serviços e subsídios, em parte, na sequência da consolidação do processo de bancarização; e
- do acréscimo em ativos não financeiros líquidos em 158,8% (+121,7 milhões de CVE), justificado em grande parte pela não concretização de vendas desses ativos nesse mês.

Quadro 1 - Evolução das Operações Financeiras do Estado

(em milhões de CVE)

	2021		2022			
	Orç. Ret	Fev	Orç. Inicial	Fev	Grau Exec.	Tax. Hom
1. Total Receitas	52 520	5 046	58 196	6 558	11,3	30,0
1.1 - Receitas Correntes (excluindo donativos)	47 270	4 937	54 215	6 502	12,0	31,7
Impostos	34 895	4 312	41 184	5 537	13,4	28,4
Segurança Social	71	6	71	6	9,0	7,6
Transferências (donativos)	5 250	110	3 982	56	1,4	-49,0
Outras Receitas	12 304	618	12 960	958	7,4	55,0
2. Total Despesas	63 473	7 272	62 112	7 885	12,7	8,4
Despesas com Pessoal	24 480	3 216	24 326	3 337	13,7	3,8
Aquisição de Bens e Serviços	12 292	743	12 390	973	7,9	30,9
Juros Correntes	4 485	580	5 541	624	11,3	7,6
Subsídios	1 116	69	1 008	201	19,9	189,7
Transferências	7 847	935	6 663	740	11,1	-20,9
Benefícios Sociais	9 179	1 358	8 316	1 397	16,8	2,8
Outras despesas correntes	4 075	107	3 868	420	10,9	292,2
Valor a regularizar		264	0	194	-	-26,6
3. Resultado Operacional Bruto	-10 953	-2 226	-3 916	-1 326	33,9	-40,4
4. Ativos não Financeiros	9 863	77	10 217	198	1,9	158,8
Compra ativos não financeiros	11 353	161	10 625	204	1,9	26,1
Venda ativos não financeiros	1 490	85	408	5	1,3	-93,8
5. Global Global (1-2-4)	-20 816	-2 303	-14 134	-1 525	10,8	-33,8
Saldo global (em percentagem do PIB)	-11,9	-1,3	-7,5	-0,8	-	-
Saldo Corrente Primario	-7 271	-1 756	1 029	-698	-	-
Saldo Corrente Primario (em percentagem do PIB)	-4,1	-1,0	0,5	-0,4	-	-
6. Financiamento	20 816	2 005	14 134	-271	-	-
6.1 Ativos Financeiros	934	-257	-4 363	283	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Amortizações	2 303	11	120	10	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Concedidos	-2 278	-146	-2 513	-40	-	-
Acções e Outras Participações Mi - Aquisição	-1 049	-122	-2 651	0	-	-
Depósitos Cert. Poup. Mi - Levantamentos	1 958	0	681	313	-	-
6.2 Passivos Financeiros	19 882	2 263	18 497	-554	-	-
Interno líquido	5 402	1 962	11 412	-181	-	-
Sistema bancário		1 567		-923	-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Amortizações Leasing	-185	-25	-185	-19	-	-
Despesa por compensar na conta do Tesouro no BCV		-1 667		-143	-	-
Pagamento de Cheques e transferência em trânsito		68		0	-	-
Outras operações de tesouraria		-137		-3	-	-
Sistema não bancário		2 156		907	-	-
Externo líquido	14 481	300	7 085	-373	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Aquisições	17 392	729	16 089	307	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Amortizações	-2 911	-428	-9 005	-680	-	-
7.GAP Financiamento (5 - 6)	0	-297	0	-1 795	-	-

Fonte: MFFE

2. Análise das Receitas Totais

As receitas totais da Administração Central (incluindo vendas de ativos não financeiros) realizadas até fevereiro de 2022 cifraram-se em 6.563,5 milhões de CVE, registando um acréscimo na ordem de 27,9%, comparativamente ao período homólogo.

Quadro 2 - Receitas Públicas Orçamentais

(em milhões de CVE)

Mapa I - Receitas por Classificação Económica	2021		2022		Grau Exec.	Tax. Hom
	Orç. Ret.	Fev	Orç. Inicial	Fev		
Impostos	34 895	4 312	41 184	5 537	13,4	28,4
Imposto único sobre rendimentos	9 271	901	11 230	1 054	9,4	16,9
IR-PS	6 026	812	6 799	973	14,3	19,8
IR-PC	3 244	89	4 431	81	1,8	-9,6
Outros impostos directos	570	76	649	94	14,5	23,1
Tributo Especial Unificado - TEU	570	76	617	94	15,2	23,1
Taxa de Incêndio			31	0	0,0	-
Imposto sobre bens e serviços	16 886	2 173	20 129	3 051	15,2	40,4
Imposto sobre o valor acrescentado	14 010	1 858	15 826	2 388	15,1	28,5
IVA DGA	7 425	1 074	8 934	1 301	14,6	21,2
IVA DGCI	6 585	785	6 892	1 087	15,8	38,6
Imposto consumo especial	1 955	222	2 477	386	15,6	73,8
Taxa de Tabaco			323	20	6,2	-
Contribuição turística	248	6	475	117	24,7	1 866,8
Taxa ecológica	674	87	728	97	13,4	12,3
Taxa estatística aduaneira			300	42	14,2	-
Impostos sobre transações internacionais	7 471	1 055	8 407	1 212	14,4	14,9
Direitos de importação	7 154	1 010	8 067	1 159	14,4	14,8
Taxa comunitária CEDEAO	317	45	340	53	15,4	16,3
Outros impostos	697	107	769	127	16,5	18,6
Imposto de selo	664	107	719	121	16,8	12,6
Imposto especial sobre jogos	33	0	50	6	13,0	-
Segurança Social	71	6	71	6	9,0	7,6
Taxa social única	0	0	71	0	0,0	719,3
Contribuições para a segurança social	71	6	0	6	-	7,6
Outras Contribuições	0	0	0	0	-	-3,5
Transferências	5 250	110	3 982	56	1,4	-49,0
De Governos Estrangeiros	4 525	47	3 378	8	0,2	-83,7
Ajuda Orçamental	1 029	0	825	0	0,0	-
Ajuda Alimentar	321	26	300	0	0,0	-100,0
Donativos directos	3 175	21	2 253	8	0,3	-63,7
De Organizações Internacionais	218	6	80	3	4,1	-40,6
Das Administrações Públicas	508	57	523	45	8,6	-21,0
Outras Receitas	12 304	618	12 960	958	7,4	55,0
Rendimentos de propriedade	4 922	15	5 444	112	2,1	668,2
Venda de bens e serviços	6 075	548	5 957	778	13,1	42,0
Multas e outras penalidades	212	22	342	35	10,2	60,7
Outras transferências	314	4	337	17	5,2	329,6
Outras receitas diversas e não especificadas	781	30	880	16	1,9	-45,3
Receitas	52 520	5 046	58 196	6 558	11,3	30,0
Ativos e Passivos	1 490	85	408	5	1,3	-93,8
Ativos não Financeiros	1 490	85	408	5	1,3	-93,8
TOTAL RECEITAS	54 010	5 131	58 604	6 563	11,2	27,9

Fonte: MFFE

2.1. Receitas (não inclui venda de ativos)

Até fevereiro de 2022, as receitas arrecadadas totalizaram o montante de 6.558,2 milhões de CVE, registando um acréscimo de 30,0%, comparativamente ao período homólogo. Esta performance resulta do aumento da arrecadação em sede dos impostos diretos (+17,4%), impostos indiretos (+31,6%), segurança social (+7,6%), outras receitas (+55,0%) e por outro lado o decréscimo das receitas em donativos (-49,0%).

Em relação aos impostos diretos, é de se destacar que o acréscimo 17,4% decorre da evolução das receitas arrecadadas em sede do:

- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Singulares, que se situou, no período em análise, em 973,1 milhões de CVE, registando uma evolução positiva, em termos homólogos, de 161,0 milhões de CVE (+19,8%). O acréscimo registado em sede do IRPS reflete o aumento das receitas em todos os ramos da atividade económica, excetuando as de eletricidade e imobiliária, e da cobrança de valores de anos anteriores negociadas em prestações cujo montante ascendeu cerca de 7 milhões de CVE;
- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, que se cifrou, no período, em 80,8 milhões de CVE, registando uma evolução negativa em termos homólogos de 8,6 milhões de CVE (-9,6%). Tratando-se de um imposto, em que no período, não há obrigatoriedade em termos legais de pagamento, os valores cobrados prendem-se, essencialmente, com valores devidos de períodos anteriores, dos quais 37 milhões de CVE resultaram de pagamentos de valores negociados em prestações;
- Tributo Especial Unificado (TEU), que registou, no período em análise, uma execução de 94,0 milhões de CVE, traduzindo-se numa evolução positiva de 17,6 milhões de CVE (+23,1%) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Quanto aos impostos indiretos, o acréscimo de 31,6% deveu-se, essencialmente, às variações conjugadas das seguintes rubricas:

- Imposto sobre o Valor Acrescentado – o IVA registou no período em análise uma execução de 2.388,0 milhões de CVE, traduzindo uma evolução positiva de 529,9 milhões de CVE (+28,5%). Por fonte de arrecadação, constatou-se que em sede do IVA-DGA apurou-se um acréscimo de 21,2% (+227,1 milhões de CVE) enquanto que o IVA-DGCI teve um acréscimo de 38,6% (+302,8 milhões de CVE). Este acréscimo reflete o aumento da cobrança em todos os setores de atividades, à exceção do setor da construção civil, sendo de salientar o contributo dos setores de alojamento e restauração (118 milhões de CVE), da indústria transformadora (65 milhões de CVE) e das atividades administrativa e serviços de apoio (33 milhões de CVE). Por outro lado, nota-se que a performance na arrecadação do IVA-DGA está intrinsecamente ligada à importação, e de certo modo aos Impostos sobre as Transações Internacionais infra referidos.
- Contribuição Turística – a receita totalizou, no período, o montante de 117,1 milhões de CVE, registando uma evolução positiva em termos homólogos de 111,2 milhões de CVE, o que demonstra o início da retoma da atividade turística.
- Impostos sobre Transações Internacionais - essa receita registou um acréscimo de 14,9% (+156,9 milhões de CVE), comparado ao mesmo período do ano anterior. Em termos desagregados e em face ao período homólogo de 2021, verificou-se um aumento na arrecadação do Direito de Importação na ordem dos 14,8% (+149,6 milhões de CVE), enquanto a Taxa Comunitária CEDEAO aumentou 16,3% (+7,4 milhões de CVE).
- Imposto de Selo – a cobrança em sede do imposto teve uma evolução positiva comparativamente ao período homólogo, em 12,6% (+13,5 milhões de CVE). É de realçar, que o imposto de selo constitui um dos impostos que não foi impactado pela pandemia, dada a sua incidência nas operações financeiras, atividade que cresceu com a pandemia.
- Imposto especial sobre jogos - a cobrança em sede desse imposto foi de 6,5 milhões de CVE, registado um aumento de 100%, uma vez que no período homólogo a cobrança foi nula. Pelo historial de arrecadação deste imposto, verifica-se uma correlação direta

com a atividade turística, pelo que o aumento da cobrança reflete o início da retoma desta atividade.

Relativamente às transferências (com destaque aos donativos), registou-se uma execução de 56,0 milhões de CVE, correspondendo a um decréscimo de 49,0% (-53,8 milhões de CVE), em face da arrecadação no período homólogo de 2021. Esta performance decorre do decréscimo de transferências provenientes de Governos Estrangeiros (-39,6 milhões de CVE), justificado pelo não registo da ajuda alimentar e uma redução em 63,7% de donativos diretos (-13,5 milhões de CVE). Adicionalmente, registou-se uma diminuição das transferências provenientes de organizações internacionais em 40,6% (-2,3 milhões de CVE), assim como as provenientes das administrações públicas em 21,0% (-11,9 milhões de CVE).

As “outras receitas” verificaram um acréscimo de 55,0% (+340,2 milhões de CVE), em face da arrecadação no período homólogo do ano anterior, justificado, essencialmente, pela conjugação das seguintes rúbricas:

- Rendimentos de propriedade (+668,2%; +97,3 milhões de CVE), decorrente de outras concessões no âmbito de licenças emitidas no setor das pescas;
- Venda de bens e serviços (+42,0%; +230,1 milhões de CVE), impulsionado pelas taxas de prestação de serviços podendo-se destacar os serviços médico hospitalares, os emolumentos dos registos e notariado, bem como os emolumentos das custas judiciais; e
- Outras transferências (+329,6%; +13,3 milhões de CVE), sobretudo decorrente de arrecadação de outras receitas eventuais em hospitais e nas Forças Armadas.

2.2. Venda de Ativos Não Financeiros

Em fevereiro de 2022, as receitas provenientes de Ativos Não Financeiros verificaram um decréscimo de 93,8% (-79,6 milhões de CVE) comparativamente a fevereiro de 2021, em face

as vendas pontuais registadas no ano passado, nomeadamente venda de edifícios das Forças Armadas.

3. Análise das Despesas e Ativos Não Financeiros

3.1. Por Classificação Económica

As despesas totais e a aquisição de ativos não financeiros, em fevereiro de 2022, atingiram 8.088,0 milhões de CVE, registando um acréscimo de 8,8% em relação ao período homólogo de 2021.

Quadro 3 - Evolução das Despesas Totais por Classificação Económica

(em milhões de CVE)

Mapa II - Despesa por Classificação Económica	2021		2022			
	Orç. Ret.	Fev	Orç. Inicial	Fev	Grau Exec.	Tax. Hom
Despesas com Pessoal	24 480	3 216	24 326	3 337	13,7	3,8
Remuneração Certas e Permanentes	22 381	3 124	22 206	3 236	14,6	3,6
Segurança Social	2 098	93	2 120	101	4,7	8,8
Aquisição de Bens e Serviços	12 292	743	12 390	973	7,9	30,9
Juros Correntes	4 485	580	5 541	624	11,3	7,6
Dívida interna	3 343	482	3 413	499	14,6	3,5
Dívida externa	1 044	97	2 052	125	6,1	28,1
Outros encargos	98	0	76	0	0,0	-
Subsídios	1 116	69	1 008	201	19,9	189,7
Transferências Correntes	7 847	935	6 663	740	11,1	-20,9
Governos Estrangeiros	1 188	3	504	14	2,7	432,4
Organismos Internacionais	465	52	472	3	0,7	-93,8
Administração Pública	6 194	881	5 687	723	12,7	-18,0
Benefícios Sociais	9 179	1 358	8 316	1 397	16,8	2,8
Outras Despesas Correntes	4 075	107	3 868	420	10,9	292,2
Valor a regularizar		264	0	194	-	-26,6
Despesas	63 473	7 272	62 112	7 885	12,7	8,4
Ativos e Passivos	11 353	161	10 625	203,5	1,9	26,1
Ativos não Financeiros	11 353	161	10 625	204	1,9	26,1
TOTAL DESPESAS	74 826	7 434	72 737	8 088	11,1	8,8

Fonte: MFFE

3.1.1. Despesas

Em fevereiro de 2022, as despesas executadas totalizaram o montante de 7.884,5 milhões de CVE, registando um acréscimo de 8,4% em relação ao executado em fevereiro de 2021. Esta evolução resultou do aumento generalizado de várias rubricas de despesas nomeadamente, outras despesas (+292,2%), subsídios (+189,7%), aquisição de bens e serviços (+30,9%), Juros (+7,6%), despesa com o pessoal (+3,8%) e Benefícios Sociais (+2,8%), conjugado com a diminuição das despesas em transferências (-20,9%), conforme abaixo se apresenta:

- A “despesa com o pessoal” evidenciou um aumento na ordem dos 3,8% (+120,9 milhões de CVE), decorrente do aumento de despesas:
 - i. com a implementação do estatuto da Direção Nacional de Receitas do Estado, que teve início em dezembro de 2021;
 - ii. com o registo atempado das despesas na Assembleia Nacional, com a bancarização desse Órgão; e
 - iii. com as contribuições à segurança social, na sequência da diminuição do tempo médio do pagamento, comparativamente ao ano de 2021.
- A “Aquisição de bens e serviços” registou um acréscimo de 30,9% (+229,8 milhões de CVE), em face ao período homólogo do ano anterior, resultante do aumento das seguintes sub-rubricas: “Outros Serviços” (+58,7 milhões de CVE) na sequência da execução do Projecto “Ocean Race”; “Deslocação e estada” (+49,8 milhões de CVE), em face a bancarização/consolidação da execução orçamental da Assembleia Nacional; “Energia Elétrica” (+33,9 milhões de CVE), como consequência da recentragem do tempo médio de pagamento; “Produtos Alimentares” (+25,2 milhões de CVE) consumido no âmbito das atividades das Forças Armadas, FICASE e dos Hospitais; “Material de Consumo Clínico” (+24,9 milhões de CVE) e “Combustíveis e Lubrificantes” (+11,3 milhões de CVE).
- A despesa com os juros da dívida registou um aumento de 7,6% (+44,1 milhões de CVE), comparado com o mesmo período de 2021, resultado do aumento das despesas com os juros da dívida externa em 28,1% (+27,3 milhões de CVE), comparativamente ao

período homólogo de 2021. Parte desta performance resulta da conclusão do período das moratórias.

- Os “Subsídios” registaram um acréscimo de 189,7% (+131,7 milhões de CVE), em face ao mesmo período de 2021, justificado essencialmente, pelos subsídios transferidos, no âmbito da resolução 54/2021 de 16 de abril, resultante de indemnização compensatória anual pelas obrigações de serviço público de transporte marítimo de passageiros e cargas inter-ilhas, cujo pagamento é efetuado através do Fundo Autónomo de Desenvolvimento e Segurança do Transporte Marítimo.
- Os “Benefícios Sociais” aumentaram 2,8% (+38,7 milhões de CVE), justificado, por um lado pela dinâmica esperada do aumento do número dos pensionistas do regime contributivo, impactando as rubricas de pensões de aposentação em 7,4% (+59,8 milhões de CVE) e de pensões de sobrevivência em 7,8% (+3,9 milhões de CVE) bem como a diminuição da rubrica outros benefícios sociais em numerário em 27,2% (-36,3 milhões de CVE).
- As “Transferências Correntes” tiveram uma diminuição de 20,9% (-195,8 milhões de CVE), comparado com o mesmo período do ano transato, devido à diminuição das transferências aos Municípios realizados anteriormente no âmbito das medidas de mitigação do impacto negativo da Covid-19 e à descontinuidade da medida das transferências no âmbito da Discriminação Positiva para os municípios com uma população inferior a 15.000 (quinze mil) habitantes.
- As “Outras Despesas Correntes” evidenciaram um aumento de 292,2% (+312,8 milhões de CVE), comparativamente ao mesmo período de 2021, decorrente do pagamento às organizações não governamentais no âmbito da subvenção do Estado referente às eleições autárquicas de outubro de 2020 e da participação da seleção nacional de futebol na CAN – Copa de África das Nações, bem como do pagamento das bolsas de estudos e outros benefícios educacionais.

O valor da despesa por regularizar, em fevereiro, situou-se na ordem dos 193,5 milhões de CVE, referente aos adiantamentos efetuados às Embaixadas.

3.1.2. Ativos Não Financeiros

A execução dos “Ativos Não Financeiros” ascendeu ao montante de 203,5 milhões de CVE, equivalente a 1,9% do total do orçamento e registou uma variação positiva, em termos absolutos, de 42,1 milhões de CVE comparativamente à execução de 2021.

O montante executado decorre, essencialmente, dos seguintes projetos: “Reabilitação de Estradas” com uma execução de 83,6 milhões de CVE; “Reforço ao Sector da Educação” com uma execução de 25,0 milhões de CVE; “Programa de Promoção de Oportunidades Socioeconómicas e Rurais (Poser - Clima)” com uma execução de 23,2 milhões de CVE; “Preparação e Resposta à Covid-19” com uma execução de 12,9 milhões de CVE; e “Sistema Nacional de Identificação e Autenticação Civil - SNIAC” cuja execução é de 7,8 milhões de CVE.

3.2. Por Tipo de Financiamento

No que tange ao financiamento, nota-se que 94,2% das despesas totais (despesas e ativos não financeiros) foram financiadas com recursos do Tesouro e 5,8% com recursos externos.

Quadro 4 - Evolução das Despesas Totais por Tipo de Financiamento

(em milhões de CVE)

Financiamento	2022		Grau Exec.	Peso %
	Orç.	Fev		
Interno	61 480	7 616	12,4	94,2
Tesouro (Rec. Int.)	60 616	7 564	12,5	99,3
OFN	864	52	6,0	0,7
Externo	11 257	472	4,2	5,8
Donativo	2 444	149	6,1	31,6
Empréstimo	8 523	318	3,7	67,3
Ajuda Alimentar	290	5	1,8	1,1
Total da Despesa	72 737	8 088	11,1	100,0

Fonte: MFFE

Ao nível dos recursos externos:

- Os donativos, na modalidade de financiamento direto aos projetos, totalizam o montante de 149,2 milhões de CVE, equivalente a 31,6% do total do financiamento

externo, sendo os financiadores com maiores execuções o Luxemburgo com 53,7 milhões de CVE, Fundo Internacional Desenvolvimento Agrícola com 24,7 milhões de CVE, o Banco Africano de Desenvolvimento 15,9 milhões de CVE, a Global Environment Fund com 11,0 milhões de CVE e donativos internos com 9,8 milhões de CVE.

- Os empréstimos externos ascenderam a 317,8 milhões de CVE, equivalente a 67,3% do total do financiamento externo. Esses financiamentos foram canalizados para 13 programas, com destaque para os programas “Infraestruturas Modernas e Seguras” (91,5 milhões de CVE), “Garantia de acesso ao rendimento, a Educação, aos Cuidados e à Saúde” (73,6 milhões de CVE), “Educação de Excelência” (58,9 milhões de CVE), “Reforma do Estado” (32,4 milhões de CVE) e “Desenvolvimento Integrado da Saúde (22,1 milhões de CVE)”.

4. Projetos em Resposta à Covid-19

A execução orçamental dos projetos/unidades inscritos em resposta à Covid-19, até fevereiro de 2022, totalizaram 439,8 milhões de CVE, representando uma taxa de execução de 14,2%.

Por modalidade de financiamento, até o final do mês de fevereiro, a execução dos projetos/unidades foi financiada pelo tesouro em 62,6%, por empréstimo em 35,6% e por donativos em 1,7%.

Quadro 5 - Despesa Covid-19 por Tipo de Financiamento

(em milhões de CVE)

MOD. FINANCIAMENTO	VALOR_ACTUAL	VALOR_PAGO	PESO %
Donativo	275,2	7,6	1,7%
Empréstimo	1 206,1	156,7	35,6%
Tesouro	1 610,2	275,5	62,6%
Total Geral	3 091,5	439,8	100,0%

Fonte: MFFE

Dos projetos executados no período, em valores absolutos, destacam-se:

Síntese de Execução Orçamental – fevereiro 2022

- “Sistema para o Desenvolvimento do Setor de Transporte Marítimo Inter-Ilhas” (184,7 milhões de CVE);
- “Prevenção e Combate a Coronavírus” (83,5 milhões de CVE);
- “Implementação de Rendimento Social de Inclusão” (73,6 milhões de CVE);
- “Reforço ao Setor da Educação” (63,6 milhões de CVE); e
- “Preparação e Resposta a Covid-19” (22,1 milhões de CVE).

Quadro 6 – Execução dos projetos no âmbito da Covid-19

FUNÇÕES DO ESTADO	PROJETOS	VALOR ACTUAL	VALOR PAGO	GRAU EXEC.
07.00.04 - Assuntos económicos	FADSTMI- Sistema Para O Desenvolvimento Do Setor De Transporte Marítimo Inter-Ilhas	656	185	28,2
	Cabo Verde Digital	18	3	15,7
	Preparação Projeto Cabo Verde Digital	376	2	0,6
	Reforço Da Resiliência Das Famílias Rurais No Pós Covid-19	27	1	5,1
	Transição Da Economia Informal A Formal	20	0	0,0
07.00.04 - Assuntos económicos Total		1 098	191	17,4
07.00.07 - Saúde	Prevenção E Combate A Coronavirus	654	83	12,8
	Preparação E Resposta A Covid-19	188	22	11,7
	Reforço Do Laboratorio Nacional De Saúde Publica - Insp	18	3	15,6
	Comunicação De Risco Em Saúde - INSP	5	1	13,4
	Desnvolvimento De Investigação Em Saúde - Insp	8	0	3,8
	Desenvolvimento Do Observatório Nacinal De Saúde Pública - INSP	2	0	8,7
	Reforço Do Setor Da Saúde No Combate Ao Covid19	2	0	0,5
	Reabilitação e equipamentos De Estruturas De Saúde	18	0	0,0
	Reforço De Capacidade Laboratório Virologia	30	0	0,0
	Equipamento Postos Sanitários	2	0	0,0
	Remodelação de Postos Sanitarios	11	0	0,0
	Construção Da Sede Do Inps Laboratorio Nacional Saude Publica	31	0	0,0
Prevenção E Combate A Coronavírus	29	0	0,0	
07.00.07 - Saúde Total		997	110	11,0
07.00.08 - Serviços culturais recreativos e religiosos	Apoio A Classe Artista Cultural - Covid-19	15	0	0,0
07.00.08 - Serviços culturais recreativos e religiosos Total		15	0	0,0
07.00.09 - Educação	Reforço Ao Sector Da Educação	382	64	16,7
	Bolsa Cabo Verde Digital	9	1	16,0
	Construção, Ampliação E Remodelação de Infra-Estruturas Educativas	12	0	0,0
07.00.09 - Educação Total		403	65	16,2
07.00.10 - Protecção social	Implementação De Rendimento Social De Inclusão	430	74	17,1
	Garantia De Cuidados De Dependentes	19	0	2,2
	Reforço Institucional Das Organizações Da Sociedade Civil	33	0	0,0
	Reforço Das Competências Do Setor Da Inclusão Social	36	0	0,0
07.00.10 - Protecção social Total		518	74	14,3
Total Geral		3 091,5	439,8	14,2

Fonte: MFFE

5. Dívida Pública

O stock da dívida pública, excluindo os TCMF, atingiu 284.607,6 milhões de CVE, em 28 de fevereiro de 2022, cabendo à dívida interna 83.842,4 milhões de CVE (44,4% do PIB) e à dívida externa 200.765,2 milhões de CVE (106,3% do PIB). Nesta sequência, o rácio dívida pública/PIB atingiu os 159,4%, cerca de 2,4 p.p. acima do valor registado em fevereiro de 2021.

Quadro 7 – Evolução da Dívida Pública

	fevereiro 21	fevereiro 22	Var. Hom	% PIB/21	% PIB/22
Estoque Global	260 343,4	284 607,6	9,3	148,2	150,6
Dívida Interna	76 337,6	83 842,4	9,8	43,5	44,4
Dívida Externa	184 005,8	200 765,2	9,1	104,8	106,3

Fonte: MFFE